



## **LAZER E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DO CONSELHO GESTOR DO PELC EM SÃO BERNARDO DO CAMPO**

### **LEISURE AND SOCIAL PARTICIPATION: THE EXPERIENCE OF THE PELC MANAGEMENT BOARD IN SÃO BERNARDO DO CAMPO**

### **OCIO Y PARTICIPACIÓN SOCIAL: LA EXPERIENCIA DE LA JUNTA DIRECTIVA DEL PELC EN SÃO BERNARDO DO CAMPO**

**Evandro Brandão Secco**


<https://orcid.org/0000-0002-4819-0304> 


<http://lattes.cnpq.br/8472186412982543> 

Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (São Bernardo do Campo, SP – Brasil)

[esecco@hotmail.com](mailto:esecco@hotmail.com)

**Edmur Antonio Stoppa**

<https://orcid.org/0000-0002-7131-6454> 

<http://lattes.cnpq.br/1303396760085915> 

Universidade de São Paulo (São Paulo, SP – Brasil)

[stoppa@usp.br](mailto:stoppa@usp.br)

#### **Resumo**

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) é um Programa de promoção do lazer e do esporte recreativo que, em suas diretrizes, estimula a participação social a partir do desenvolvimento de Conselhos Gestores locais. O presente artigo é resultado de um estudo de caso em um núcleo do PELC no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. Pretende-se apresentar os principais aspectos observados em campo sobre o funcionamento dessa instância de participação, apresentando dados obtidos junto aos profissionais e beneficiários do programa, especificamente, no que tange a participação e reconhecimento da importância do Conselho Gestor para o bom desenvolvimento da política pública. Verificou-se ainda que os atores envolvidos consideram como relevante essa instância de participação, indicando avanços na gestão participativa a partir do envolvimento e protagonismo da comunidade nas decisões e execução do Programa.

**Palavras-chave:** Lazer; Participação Social; Política Pública; PELC.

#### **Abstract**

The City Sports and Leisure Program (PELC) is a program to promote leisure and recreational sport which, in its guidelines, encourages social participation through the development of local Management Councils. This article is the result of a case study in a PELC nucleus in the city of São Bernardo do Campo, metropolitan region of São Paulo. It is intended to present the main aspects observed in the field about the functioning of this instance of participation, presenting data obtained from the professionals and beneficiaries of the program, specifically, with regard to participation and recognition of the importance of the Management Board for the good development of public policy. It was also found that the actors involved consider this instance of participation as relevant, indicating advances in participatory management based on the involvement and protagonism of the community in the decisions and execution of the Program.

**Keywords:** Leisure; Social Participation; Public Policy; PELC.

#### **Resumen**

El Programa Ciudad de Deporte y Ocio (PELC) es un programa de fomento del ocio y el deporte recreativo que, en sus directrices, fomenta la participación social a través del desarrollo de Consejos de Gestión locales. Este artículo es el resultado de un estudio de caso en un núcleo PELC en la ciudad de São Bernardo do Campo, región metropolitana de São Paulo. Se pretende presentar los principales aspectos observados en campo sobre el funcionamiento de esta instancia de participación, presentando los datos obtenidos de los profesionales y



beneficiarios del programa, específicamente, en lo que respecta a la participación y reconocimiento de la importancia del Consejo de Administración para la buen desarrollo de la política pública. También se encontró que los actores involucrados consideran relevante esta instancia de participación, indicando avances en la gestión participativa basada en el involucramiento y protagonismo de la comunidad en las decisiones y ejecución del Programa.

**Palabras clave:** Ocio; Participación Social; Política Pública; PELC.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar os resultados obtidos em pesquisa de mestrado (SECCO, 2019) sobre o desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, no município de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo, em especial, versa acerca dos aspectos relacionados à sua gestão, controle social e democrático.

A pesquisa de campo contou com uma análise da política pública, verificando seu desenvolvimento por meio de uma observação participante e de entrevistas com os gestores, agentes sociais e beneficiários do Programa. Um dos aspectos relevantes do estudo foi à identificação de um Conselho Gestor local, contando com a participação efetiva de representantes da comunidade, discutindo e propondo alternativas para o desenvolvimento do PELC.

O Conselho Gestor é um dos elementos que assegura a participação social no PELC, e está diretamente ligado com as diretrizes e os objetivos do Programa. Trata-se de uma instância que reúne membros dos diferentes segmentos da sociedade, discutindo e decidindo sobre as questões locais, relacionadas ou não ao Programa, mas pertinentes ao desenvolvimento da política pública e a efetivação do direito constitucional ao lazer.

A relevância do presente artigo se encontra na descrição do funcionamento dessa instância do Programa, visto que, apesar da temática da participação permear os estudos no campo do esporte e lazer a muitos anos, pouco são os registros na literatura e na produção acadêmica, especialmente no que tange a relatos de experiências.

Importante ressaltar que este texto representa um recorte de um estudo mais amplo, que buscou descrever o desenvolvimento de um núcleo do PELC. Neste sentido, da totalidade de dados obtidos em campo, extraíram-se para o presente artigo, as informações relacionadas ao funcionamento do Conselho Gestor, com o objetivo de abordar a temática da participação social no âmbito do esporte e do lazer, buscando contribuir com o desenvolvimento do referido campo de conhecimento, oferecendo subsídios para a reflexão



e produção de conhecimento na área, reconhecendo as limitações inerentes a um estudo de caso.

## **METODOLOGIA**

Os dados apresentados nesse artigo foram obtidos em um estudo de caso realizado em um dos dez núcleos do PELC no município de São Bernardo do Campo. O núcleo em questão foi o situado no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, um equipamento esportivo público que contém um campo de futebol e um salão multiuso para atividades esportivas. As atividades do PELC foram oferecidas gratuitamente à população, mediante inscrição prévia junto aos agentes sociais contratados pelo Programa.

A justificativa para a escolha do local se deu pelo fato do equipamento esportivo ter sido totalmente revitalizado e entregue a população no ano de 2011, iniciando suas atividades como núcleo do PELC. Desde então, durante todo esse período, foram pactuados três convênios com o então Ministério do Esporte, para realização do Programa no espaço. Além disso, um dos pesquisadores participou do processo de desenvolvimento do primeiro convênio como coordenador de núcleo (biênio 2011-2012) e, posteriormente, como professor de Educação Física e coordenador geral do equipamento esportivo no período compreendido entre os anos de 2013-2015.

A opção pelo estudo de caso (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) se deu pelo interesse em aprofundar e reunir a maior quantidade de informações sobre o objeto de estudo, no caso, o núcleo do PELC. Compreende ainda a investigação principal, uma pesquisa descritiva (GIL, 2008), composta por um estudo bibliográfico, documental e empírico (SEVERINO, 2007), com a realização de uma observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), entrevistas centradas e/ou focalizadas (THIOLLENT, 1987) realizadas junto aos profissionais envolvidos, e entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) realizadas junto aos beneficiários do Programa.

A definição de amostra se deu de forma não probabilística e intencional para o local a ser estudado, documentos analisados, profissionais e gestores entrevistados, respeitando os critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Em relação à entrevista semiestruturada com os beneficiários do



Programa a definição de amostra se deu por saturação (MAGNANI, 2003), ou seja, a coleta de informações foi encerrada quando se observou a ausência de novos elementos nas respostas.

A pesquisa bibliográfica foi estabelecida mediante o levantamento de estudos relacionados à promoção do lazer, políticas públicas e participação social. As referências foram levantadas no Sistema de Bibliotecas da USP e da UNICAMP, bem como sites específicos de busca no sistema de computadores da rede mundial, cita-se o Google Scholar, a Plataforma SciELO e o Banco de Teses da CAPES.

A pesquisa documental (SEVERINO, 2007) foi realizada a partir do levantamento de textos e produções governamentais, no âmbito do Ministério do Esporte, relacionados ao PELC e legislação correlata. A combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, possibilitou uma melhor compreensão do fenômeno social em foco. Neste sentido, o estudo recorreu às contribuições de Triviños (1987) para organizar o conhecimento considerando a técnica da triangulação de dados, compreendendo o objeto de estudo em suas diferentes dimensões e vinculado à realidade social em que está inserido.

A interpretação dos dados coletados se estabeleceu com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), organizando o conhecimento em três etapas fundamentais: a análise primária dos dados, sua escolha, organização e classificação; a exploração do material coletado e a análise propriamente dita; e por fim, ao tratamento dos resultados obtidos, permitindo a inferência e a interpretação dos mesmos à luz do conhecimento científico já estabelecido.

Importante ressaltar que todo o processo de pesquisa de campo foi registrado em caderno de campo, respeitando uma ordem cronológica de observação e coleta, sendo esses dados, organizados e sistematizados, para posterior análise e elaboração do texto final. Destaca-se por fim que, todos os procedimentos éticos vigentes relacionados ao desenvolvimento de pesquisas com seres humanos foram respeitados, sendo os instrumentos e procedimentos de pesquisa, aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, com parecer cadastrado na Plataforma Brasil sob número 1.964.998.



## ESPORTE, LAZER E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 (CF 1988), impôs aos governantes nas três esferas, inúmeras responsabilidades e obrigações junto à população. Mesmo com baixa representatividade popular (MEYER; STERAPRAVO, 2019), a assembleia constituinte reuniu diferentes setores da sociedade para estabelecer os diferentes papéis do esporte e do lazer na Carta Magna.

No *caput* do art. 6º, do capítulo que trata dos direitos sociais, encontra-se a menção do lazer, dentro de uma perspectiva mais ampla. Já no art. 217 do mesmo diploma, temos uma seção destinada ao desporto, ressaltando que é dever do Estado fomentar as práticas desportivas, formais e não formais, como forma de promoção social. Por fim, no art. 227, o constituinte assegura à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito ao lazer como uma responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade (BRASIL, 1988).

Mesmo considerando a relevância social do esporte e do lazer, como é possível verificar sua previsão na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), somente na CF 1988 temos seu reconhecimento como direito social. Cumpre ressaltar ainda que, conforme destaca Menicucci (2006), essa previsão constitucional, por si só, não é suficiente para sua efetivação junto à sociedade, visto que, para isso, é fundamental a adoção de políticas públicas pelos entes governamentais.

Pintos e colaboradores (2016), também ressaltam a importância da implementação de políticas públicas para a efetivação desse direito constitucional, apresentando a importância da mobilização social na construção dessa política. Marcellino (2006; 2008), também aponta a importância de o poder público estabelecer laços com a sociedade no desenvolvimento das políticas públicas, para não correr o risco de uma ação se tornar desconectada da realidade. O autor alerta ainda para a necessidade de se implementar políticas intersetoriais, ou seja, capazes de dialogar com os diferentes setores da sociedade.

Ainda que o diálogo e a ampliação da participação seja um elemento norteador da política, não se deve ignorar as recomendações de Capi (2016), ao defender que, a responsabilidade primeira de implementar processos educativos de participação e universalização dos direitos sociais, tal qual o direito ao lazer, será sempre do Estado, que deve assumir o papel de liderança em oposição a lógica do sistema que tende a subtrair os direitos daqueles economicamente mais vulneráveis.



Sobre a participação social nas políticas públicas pós Constituição Federal de 1988, Avritzer (2013), destaca que se trata de um processo histórico, que se fortaleceu ao longo dos anos 1990, especialmente a partir de iniciativas como o Orçamento Participativo em alguns governos locais, mas que rapidamente, permitiram ao beneficiário final da política, se reconhecer como parte do processo de organização das ações do Estado.

Quando se aborda a temática das políticas públicas, é importante estabelecer as diferenças entre os conceitos de política pública (em inglês *policy*) e de política (em inglês *politics*). Ruas (2014) apresenta o entendimento de que a política (*politics*) é considerada a atividade dos representantes políticos eleitos pelo povo, nos espaços específicos, tais como câmaras, assembleias, dentre outros. Já em relação às políticas públicas (*policy*), a autora define como o resultado dessa atividade política junto à população, ou seja, corresponde à:

[...] formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo da política (*politics*). (RUAS, 2014, p.17).

Ao discutir sobre a essência de uma política pública, Secchi (2014), destaca que o valor que determina se uma política é ou não pública, não necessariamente deve ser a pessoa jurídica que toma a decisão final, mas sim, o objeto final do problema a ser resolvido. Para o autor, sendo este objeto de interesse público, há que se falar em política pública.

Frente a tais considerações, compreendendo o lazer e o esporte como direitos constitucionalmente reconhecidos, considerando a necessidade de implementação de políticas públicas para sua efetivação, e considerando a participação social como um elemento capaz de agregar valor ao desenvolvimento dessas políticas pressupõe-se relevante promover estudo sobre o desenvolvimento de programas como o PELC, visto que o mesmo defende em suas diretrizes, a participação e o controle social como estratégias de trabalho.

## **CONSELHO GESTOR DO PELC: UM ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO**

O PELC é uma política pública criada no ano de 2003, pelo então Ministério do Esporte, com o objetivo de democratizar o acesso e a permanência ao lazer e ao esporte recreativo. Ao longo dos últimos anos, o Programa se consolidou como uma importante política pública preocupada com o desenvolvimento da intersetorialidade e do controle social, especialmente por prever a conscientização de entidades parceiras sobre a



necessidade de transformar as políticas públicas de esporte e lazer em políticas de Estado (BRASIL, 2019).

São objetivos do PELC: o compromisso de estimular a gestão participativa entre os atores locais, direta e indiretamente envolvidos; o estímulo a implantação de uma metodologia de trabalho participativa e democrática, buscando o desenvolvimento de ações intersetoriais de lazer e esporte recreativo; promover a formação inicial e continuada dos agentes e gestores municipais; valorizar a cultura local; ressignificar e qualificar os espaços e equipamentos de lazer; e, democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, principalmente às comunidades menos favorecidas (BRASIL, 2019).

Para atingir esses objetivos, o governo federal realiza em parceria com estados e municípios, núcleos de esporte e lazer, disponibilizando recursos para a contratação de uma equipe de profissionais, assim como, para a aquisição de recursos materiais adequados ao desenvolvimento das atividades de esporte e lazer (BRASIL, 2019).

Além da oferta de uma grade de atividades que estimula a ampliação da cultura corporal de movimento, um dos aspectos importantes do Programa, diz respeito ao compromisso de se implementar, concomitantemente com o desenvolvimento das atividades práticas, uma instância de participação aberta à comunidade, que recebe o nome de Conselho Gestor do Programa (BRASIL, 2019).

O Conselho Gestor do PELC possui caráter consultivo, deliberativo e executivo, e deve ser composto por representantes dos diferentes segmentos envolvidos com o desenvolvimento das ações nos núcleos, compreendendo representantes de cada um dos núcleos de atividades, representantes de entidades parceiras e da entidade de controle social, dos agentes sociais de esporte e lazer contratados, dos coordenadores e representantes da entidade que executa o Programa (BRASIL, 2019).

Essa obrigatoriedade de implementação de um Conselho Gestor, desencadeou, no município de São Bernardo do Campo, a implementação de conselhos gestores descentralizados, um em cada um dos dez núcleos de esporte e lazer da cidade. Cabe ressaltar que, essa particularidade, não está prevista nas diretrizes, no entanto, pelo fato de o município ter pactuado, entre os anos de 2008 e 2020, quatro convênios do PELC com o Ministério do Esporte, diferentes aspectos das diretrizes foram incorporados no funcionamento geral dos equipamentos esportivos da cidade.



No biênio 2009/2010, o município realizou o convênio PELC/PRONASCI, que foi desenvolvido em cinco núcleos de extrema vulnerabilidade social. Nos anos de 2011 e 2012, o convênio PELC “Todas as Idades” aconteceu em doze equipamentos esportivos da cidade. Já nos anos de 2014 e 2015, foi realizado o convênio PELC “Vida Saudável”, voltado para o público adulto e idoso, em cinco centros esportivos. Por fim, o convênio recentemente finalizado foi o PELC “Urbano”, objeto deste estudo, com vigência entre novembro de 2016 e novembro de 2018, e foi executado em quatorze equipamentos esportivos, dentre eles, o Centro Esportivo do Jardim Lavínia.

Esse histórico de convênios já foi objeto de estudo e reflexão. Ao avaliar o desenvolvimento do PELC “Vida Saudável” em São Bernardo do Campo, Capi e Assis (2017), identificaram o envolvimento da comunidade na gestão e no planejamento das ações de implementação e execução do convênio. Os autores destacam o papel dos Conselhos Gestores locais na sensibilização dos gestores públicos sobre a importância do desenvolvimento das atividades físicas e de lazer, inclusive reivindicando a continuidade das ações após o final do convênio.

Secco e Stoppa (2017), em estudo sobre a importância da formação profissional em esporte e lazer, apresentam o papel do Conselho Gestor no processo de formação em serviço realizado com os agentes sociais do PELC, no Centro Esportivo do Jardim Lavínia. Os autores discutem ainda, o papel da comunidade no direcionamento dos trabalhos realizados pelo Programa, especialmente nas questões relacionadas a organização do espaço, eventos, oficinas, realização de palestras e exposições.

Mais que um participante no processo de formação continuada, o Conselho Gestor do equipamento se consolidou como um espaço de exercício da cidadania, seja no engajamento em ações sociais, verificado como relevante e necessário pelos próprios usuários, seja na consolidação de uma gestão participativa do equipamento, respeitando as diretrizes do Programa, valorizando as necessidades locais e estimulando a participação social (SECCO; STOPPA, 2017).

Tais elementos contribuem para que se vislumbrem caminhos para a participação e o controle social a partir da realização de uma política pública de esporte e lazer. No próximo tópico, será discutido como o envolvimento da comunidade é capaz de estimular o protagonismo social e o engajamento comunitário, desde as decisões mais simples do dia a





dia, até situações complexas, tais como a organização e realização de grandes eventos e ações sociais, a partir de uma experiência concreta em um núcleo do PELC.

## **PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO JARDIM LAVÍNIA**

O Centro Esportivo do Jardim Lavínia, foi reformado e entregue totalmente revitalizado em agosto de 2011, já com uma equipe do PELC “Todas as Idades”, e com o compromisso de implementar as diretrizes do Programa, dentre elas, um Conselho Gestor do espaço. Desde então, o equipamento recebeu outras duas edições do PELC, o “Vida Saudável”, nos anos de 2014 e 2015, e o PELC “Urbano”, entre novembro de 2016 e novembro de 2018. Nos intervalos, coube ao município manter a oferta de atividades no Centro Esportivo e estimular o funcionamento do Conselho Gestor.

O estudo de caso que forneceu subsídios para este artigo é resultado da observação em campo, realizada no período entre novembro de 2017 e abril de 2018, onde se acompanhou, além das oficinas de práticas esportivas, eventos e ações sociais, a atuação do Conselho Gestor do núcleo esportivo.

O artigo pretende apresentar os principais aspectos observados nas reuniões desse Conselho, em encontros que aconteceram com periodicidade mensal, ocorrendo regularmente na primeira segunda feira de cada mês, no período da tarde, às 14 horas. Eventualmente, verificou-se a ocorrência de reuniões extraordinárias, ações sociais e realização de eventos, nos quais a responsabilidade de organização coube aos integrantes do Conselho Gestor local.

O espaço definido para as reuniões foi o salão multiuso do Centro Esportivo, mesmo local onde aconteciam as oficinas e atividades gerais do PELC. Nesses encontros, estavam presentes os profissionais vinculados ao Programa, os professores de Educação Física efetivos, os beneficiários, além de outras pessoas eventualmente convidadas para alguma situação específica, tais quais, palestrantes ou colaboradores, ou por vezes, familiares dos envolvidos.

A pauta das reuniões era disponibilizada com certa antecedência, visto que, cada professor e/ou agente social, ao realizar o convite da reunião nas suas turmas, já mencionava os assuntos a serem abordados, convidando os presentes a contribuírem com a reunião. Os principais temas verificados nas reuniões versavam sobre aspectos relacionados ao



funcionamento do espaço, a realização dos eventos locais, além de discussões sobre as ações sociais realizadas pela equipe gestora.

Como o período de observação culminou com o encerramento do ano de 2017 e início do ano seguinte, a primeira reunião observada teve como pauta, o processo de inscrições e matrículas para as oficinas desenvolvidas no núcleo. A reunião foi conduzida pela coordenadora de núcleo, e a pauta se iniciou com a definição do papel de cada pessoa no processo de inscrições, funcionários e conselheiros, atuando juntos no atendimento à comunidade. Além disso, ela apresentou uma sugestão de calendário de eventos para o primeiro semestre do ano seguinte, partindo do trabalho realizado nos anos anteriores e alinhado com o calendário geral da Secretaria de Esportes.

Verificou-se o engajamento e a defesa da coordenadora sobre a importância de a equipe gestora contribuir com o processo de inscrições, tanto na ajuda formal, preenchendo as fichas de inscrição junto aos professores, quanto no atendimento aos interessados, plantão de dúvidas. Ela citou ainda a participação como instrumento de fiscalização e controle de todo o processo. Os presentes demonstraram concordância com as ponderações e, alguns deles, se dispuseram a contribuir voluntariamente com o processo de inscrições.

Já em relação a apresentação do calendário de eventos, ficou evidente certo desconforto da coordenadora em "apressar" a definição da programação do ano seguinte. No entanto, ela informou que se tratava de uma cobrança dos superiores, de modo a organizar o trabalho da Secretaria. Neste aspecto, os participantes não demonstraram incômodo com a necessidade de definir as datas com antecedência, no entanto, alguns dos presentes solicitaram a palavra para se posicionar em relação ao tema.

Como os conselheiros exercem suas atribuições de forma voluntária, e são fundamentais na realização dos eventos locais, alguns demonstraram insatisfação pelo fato de poucas pessoas assumirem tantas responsabilidades, sem verificar o mesmo comprometimento por parte de grande parte dos frequentadores do espaço. Uma frase que marcou essa discussão foi a afirmação de que *"o Lavínia tem cerca de 700 alunos inscritos nas diferentes oficinas, mas nos dias de eventos, são sempre os mesmos alunos que ficam responsáveis pelo trabalho e pela organização"* (Relato de um conselheiro).

Frente a tal situação, a coordenadora pediu a palavra e se comprometeu a passar em todas as turmas, convidando novamente as pessoas para participarem dos eventos. No entanto, aproveitou o ensejo para valorizar e reconhecer o trabalho dos envolvidos,



afirmando ainda que esse reconhecimento também existe por parte de grande parte dos usuários, e citou como exemplo, um baile de *Halloween* realizado no Centro Esportivo, onde a decoração realizada pelo grupo foi objeto de inúmeros elogios por parte dos presentes.

Mesmo após as considerações, alguns dos presentes ainda demonstravam insatisfação quanto à falta de envolvimento dos demais usuários do equipamento. A coordenadora passou então para o próximo item da pauta, que dizia respeito ao zelo pelo espaço público e materiais disponíveis. Novamente o “clima esquentou”, pois os membros do Conselho denunciaram o fato de que algumas mesas e cadeiras, que são utilizadas nas oficinas de artesanato, foram identificadas no bar anexo ao campo de futebol, no final de semana, gerando um clima de insatisfação geral em todos os presentes.

Neste momento, o representante da gestão municipal presente na reunião pediu a palavra, valorizando e ratificando a importância de todos no comprometimento frente ao zelo com o espaço público. Informou também que todos os materiais e equipamentos do espaço são de uso público, e poderiam ser utilizados por outros municípios, desde que atendendo a finalidade do objeto e de forma a não destruir os mesmos. No entanto, ressaltou o papel de fiscalização dos conselheiros, informando que a denúncia seria repassada aos superiores, solicitando que todos continuassem a exercer esse papel, informando a administração no caso de eventuais desvios de conduta na utilização dos equipamentos e do espaço.

Esse comprometimento com o bem público ficou muito evidente nessa e em outras situações observadas nas reuniões do Conselho Gestor do equipamento. Em reuniões seguintes, também se verificou a comunidade cobrando do poder público o mesmo zelo que eles tinham com os materiais e com o equipamento esportivo. Tal percepção, também foi relatada em entrevista com a coordenadora do núcleo, que reafirmou a criticidade do grupo gestor, o papel de fiscalização e o envolvimento nas ações de interesse coletivo.

Sobre a forma de composição da equipe gestora do núcleo, a coordenadora relatou que os conselheiros também são considerados líderes nas próprias turmas, ou seja, são aqueles que procuram ajudar os profissionais no desenvolvimento das oficinas, transmitir recados e organizar pequenos eventos e atividades locais. No entanto, a entrevistada relatou que percebe uma certa dificuldade no acolhimento de novos integrantes, principalmente pelo fato de que grande parte do grupo, faz parte do Conselho desde o primeiro ano de instalação, cerca de sete anos atrás.



Trata-se de uma afirmação interessante, visto que, ao mesmo tempo em que os gestores cobram a participação de novas pessoas como colaboradores, também demonstram dificuldade em delegar funções e atribuições para estimular a adesão de novos interessados. Segundo a coordenadora, é possível que a intensidade de envolvimento de alguns participantes, faça com que os demais já se sintam suficientemente representados, minimizando assim a necessidade de novos líderes.

Outro ponto observado nas reuniões diz respeito ao comprometimento dos conselheiros em promover ações sociais junto à comunidade. O grupo implementou uma rotina de campanhas sociais permanentes, definindo a cada três ou quatro meses, uma nova meta para a comunidade. A coordenadora afirmou que já participou de diferentes campanhas, dentre elas, citou as campanhas do agasalho, das fraldas geriátricas, de arrecadação de alimentos, confecção de toucas para crianças com câncer, dentre outras.

Durante a pesquisa de campo, foi possível acompanhar uma campanha para arrecadar cobertores para idosos acamados em um dos asilos na cidade. No entanto, a ação não consistia apenas na arrecadação e distribuição, pelo contrário, cada um dos cobertores arrecadados, foi cuidadosamente bordado nas laterais pelos integrantes do grupo de artesanato. Assim, os cobertores estilizados, foram entregues pessoalmente pelos conselheiros, de forma carinhosa e com muita conversa junto aos idosos.

Em relação aos eventos realizados no núcleo, foi possível presenciar a realização do tradicional "Sarau do Lavínia", um evento de grande importância para a comunidade e que acontece com periodicidade a cada dois ou três meses. O Sarau conta com apresentações diversas, estimulando os alunos "artistas" da própria comunidade e de bairros vizinhos a declamar poesias, cantar, representar, além de reunir apresentações dos conteúdos desenvolvidos nas oficinas locais, tais como dança, capoeira, ginástica, e do próprio artesanato.

No Sarau, os conselheiros são totalmente responsáveis pela organização, decoração do espaço, e realização do evento. A entrada no evento é gratuita, no entanto, existe a tradição de que cada pessoa contribua com um prato de doce ou salgado, ou refrigerante. Neste particular, uma situação interessante observada, o fato de que os próprios conselheiros são responsáveis por receber os alimentos, dividir em pequenas porções, e redistribuir, de mesa em mesa, para os espectadores. Trata-se de uma experiência única, visto que são colegas de turma, voluntariamente servindo os colegas, sem esperar nada em troca.



Já nas entrevistas realizadas com os usuários dos equipamentos, identificou-se que, apesar do Conselho existir no espaço e realizar ações com frequência, grande parte dos entrevistados não conseguem reconhecer a importância desse espaço de participação. De um total de setenta e seis entrevistados, apenas sete faziam parte do Conselho. Tal constatação alinha-se com as reivindicações dos próprios conselheiros, ou seja, o anseio de ampliar o quantitativo de pessoas envolvidas com essa ação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas percepções, relatadas no caderno de campo, foram obtidas a partir da observação nas oficinas, eventos e reuniões mensais do Conselho Gestor do equipamento esportivo, e nos permitem refletir sobre as diferentes formas de apropriação do espaço público. Mesmo que ainda incipiente e em desenvolvimento, a experiência do Conselho Gestor local no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, se apresenta alinhada com os objetivos previstos na política pública.

Assim como Ribeiro e Ferraz (2016), identificaram potencial de auto-organização no Conselho Gestor da cidade de Barroquinha (CE), ressaltando que as questões locais prevalecem sobre as demais, o que se verificou em São Bernardo do Campo (SP), foi o exercício da participação social a partir de questões relacionadas ao cotidiano dos usuários do equipamento, ora no comprometimento em zelar e cuidar do espaço, ora na organização de eventos e ações sociais.

O exercício da participação contribui para que políticas públicas como o PELC, se tornem mais plurais e efetivas, favorecendo uma experiência de crescimento individual e coletivo, pessoal e político aos envolvidos. Assim, o presente texto concorda com Bonalume (2007), ao reconhecer que somente a inserção dos sujeitos de forma ativa no processo de construção e realização das políticas públicas, possibilita vislumbrar o exercício da cidadania, superando uma visão alienada e conformista do lazer.

Importante salientar, que o processo que envolve a participação social, além de promover mudanças individuais e coletivas, se configura também como elemento capaz de superar as inúmeras limitações pertinentes ao desenvolvimento de qualquer política pública quando é realizada exclusivamente pelo ente estatal, sem a participação da sociedade (SECCHI, 2014).



Neste sentido, preconiza-se ser fundamental que as intervenções públicas no campo do lazer e do esporte recreativo, estimulem a participação social e sejam capazes de valorizar a cultura local, ressignificar e qualificar seus espaços e equipamentos, democratizando assim o acesso e a permanência ao direito social, atendendo às determinações previstas na CF de 1988.

Por fim, entende-se que o presente estudo retrata apenas uma parcela mínima do que representa o PELC e seus desdobramentos em todo território nacional, logo, não deve ser tomado como verdade absoluta e final sobre o tema. No entanto, a partir do material coletado em campo, analisado à luz do conhecimento científico já produzido, cumpre seu papel apresentando uma realidade sobre o tema, estimulando assim a realização de novos estudos, sempre no sentido de ampliar e valorizar a importância da participação social nas políticas públicas de esporte e lazer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo (Org.) **Experiência democrática, sistema político e participação popular**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <[http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html)> Acesso: 28/08/2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**: diretrizes 2019. Brasília, DF: Secretaria Especial do Esporte. 2017.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAPI, André Henrique Chabaribery; TAVARES, Marie Luce; CORREIA, Khellen Cristina Pires. Avaliação do PELC: reflexões com base na formação. In: PINTOS, Ana Elenara da Silva; ISAYAMA, Helder Ferreira (Orgs.). **Formação de agentes sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida Saudável (VS)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

CAPI, André Henrique Chabaribery; ASSIS, Aniele Fernanda Silva de. Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável em Santa Cruz dos Milagres/PI e São Bernardo do Campo/SP: caminhos para a consolidação de uma política pública de esporte e lazer. **Revista esporte e lazer**: direito de todos. Brasília, DF, p. 64-77, jul., 2017.



GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. O lazer e os espaços da cidade. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas de lazer**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2006.

MEYER, Felipe Canan; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Demandas populares relacionadas ao esporte na Assembleia Nacional Constituinte do Brasil. **Revista de investigações constitucionais**, v. 6, n. 3, p. 595-629, set./ dez., 2019.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. 1948. Disponível em <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 21/11/2021.

PINTOS, Ana Elenara da Silva e colaboradores. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 3, p. 38-52, 2016.

RIBEIRO, Sheylazarth; FERRAZ, Eduardo Martins. Programa Esporte e Lazer da Cidade: autogestão em foco. **Corpoconsciência**, v. 20, n. 2, p. 10-22, mai./ ago., 2016.

RUAS, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: Departamento de Ciências da Administração/UFSC/ CAPES: UAB, 2014.

SECCO, Evandro Brandão; STOPPA, Edmur Antonio. A formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. **Revista brasileira de estudos do lazer**, v. 4, n. 2, p. 3-21, mai./ ago., 2017.

SECCO, Evandro Brandão. **O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer**: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo. 2019. 264f. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.



SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Atlas, 1987.

**Dados do primeiro autor:**

E-mail: [esecco@hotmail.com](mailto:esecco@hotmail.com)

Endereço: Avenida Kennedy, 1155, Parque Anchieta, São Bernardo do Campo, SP, CEP: 09726-263, Brasil.

Recebido em: 31/08/2021

Aprovado em: 22/11/2021

**Como citar este artigo:**

SECCO, Evandro Brandão; STOPPA, Edmur Antonio. Lazer e participação social: a experiência do conselho gestor do PELC em São Bernardo do Campo. **Corpoconsciência**, v. 25, n. 3, p. 131-146, set./ dez., 2021.